



ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO AGENDA DE PESQUISA

Joviles Vitório Trevisol ¹

O GP foi criado em 2012 no contexto da estruturação dos primeiros grupos de pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Ele surgiu do entendimento de que uma universidade pública federal - localizada numa mesorregião de fronteira, formada por aproximadamente 396 municípios dos três estados da região Sul do país - deveria constituir um centro de estudos destinado a investigar a temática das políticas públicas nos seus diferentes aspectos e dimensões espaço-temporais (nacional, estadual e municipal). Tendo em vista a natureza dos temas e dos objetos de estudo, o grupo surgiu com um perfil claramente multidisciplinar, composto por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como ciência política, educação, economia e sociologia. Desde o seu início, o GP se propôs a investigar as políticas públicas como expressões das complexas relações entre o Estado e a sociedade. Numa sociedade democrática, o Estado - longe de ser uma instância monolítica, fechada e impermeável - é desafiado a reconhecer, processar e responder às mais variadas demandas formuladas pela sociedade, sobretudo nas áreas de educação, geração de emprego e renda, direitos humanos, gênero, meio ambiente, saúde, segurança pública, etc. As políticas públicas são, neste sentido, o conjunto das ações/atividades/programas implementadas pelo Estado em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal) - em parceria ou não com o setor privado e com as organizações da sociedade civil - com o propósito de atender as demandas e as necessidades apresentadas cotidianamente pela sociedade, normalmente formuladas pelas entidades e movimentos da sociedade civil organizada, como partidos, associações empresariais, cooperativas, federações, confederações, movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, etc. Por meio das suas entidades e redes associativas, a sociedade também participa e interfere na construção das políticas públicas nos espaços locais, regionais, nacional e na esfera internacional. Os atores estatais e não-estatais participam, interagem e disputam a concepção, a formulação, a implantação e a gestão das políticas públicas. Ao longo dos anos, o GP foi redefinindo e aprimorando os seus objetivos. Em linhas gerais,

¹ joviles.trevisol@uffs.edu.br; joviles@uol.com.br

o GP persegue atualmente os seguintes objetivos: (i) promover estudos sobre as complexas relações entre o Estado e a sociedade, tomando como eixo de análise os atores e as dinâmicas sociais e políticas responsáveis pela formulação, implementação, avaliação e gestão de políticas públicas; (ii) desenvolver pesquisas de natureza teórica, voltadas à compreensão das transformações do Estado e da sociedade brasileira, especialmente as que se relacionam aos processos de participação democrática dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil; (iii) realizar estudos sobre experiências concretas de mobilização social e de articulação política em âmbito local, nacional ou internacional, cujos processos resultaram na (re)formulação dos marcos regulatórios da ação estatal e da regulação social e política e, por fim, (iv) desenvolver grelhas teóricas e analíticas, assim como metodologias adequadas à análise e à avaliação de políticas públicas. Como destacado anteriormente, a educação é uma das temáticas de estudo do GP. As políticas educacionais são estudadas sob uma perspectiva claramente sociológica, ou seja, enquanto expressões das relações entre Estado e sociedade. O Estado exerce forte poder de regulação sobre a educação, porém a regulação estatal não é fechada e neutra. O Estado é um campo de poder aberto à concorrência e às pressões exercidas pelos múltiplos atores (BOURDIEU, 2014; SANTOS, 2002, 2006). As políticas educacionais refletem, neste sentido, as disputas, as batalhas políticas e as relações de poder entre os atores estatais e não-estatais, nacionais e internacionais (sobretudo o FMI, Banco Mundial, UNESCO e a OCDE, etc.). Ao longo de sua primeira década, o GP primou pela discussão de um conjunto de temas e subtemas que considera imprescindíveis para a compreensão das políticas públicas educacionais. O primeiro tema deles diz respeito ao Estado, mais precisamente à forma como o Estado neoliberal realiza a (des) regulação política e social. Como destacado anteriormente, as políticas públicas expressam as relações de poder que concorrem e disputam protagonismo no interior das instituições responsáveis pela governança de um país. Enquanto expressões das relações de poder, as políticas públicas oscilam de acordo com a conjuntura e a correlação de forças no interior dos governos. Os avanços e os retrocessos no campo das políticas públicas estão diretamente relacionados aos instrumentos de regulação e de desregulação que o Estado implementa ao longo do tempo. A análise crítica do papel do Estado ao longo do tempo é imprescindível para compreender o conjunto das políticas públicas, especialmente as da área de educação (TREVISOL, MAZZION, 2018, 2023). Em 2018, por ocasião do aniversário de 30 anos de Constituição Federal (CF), o GP priorizou o desenvolvimento de um projeto guarda-chuva intitulado **“Estado e políticas públicas de Educação Básica pós-Constituição de 1988”**. A CF redesenhou o Estado brasileiro e estabeleceu mudanças importantes nas relações entre os entes que integram o sistema federativo. Ela buscou equilibrar os direitos fundamentais da pessoa humana a um conjunto amplo de direitos sociais que promovem a dignidade humana nas suas múltiplas dimensões (VIEIRA, 2018; ABRANCHES, 2018; TREVISOL, SILVA, 2012). Ao estabelecer a educação como um direito social, a CF atribuiu ao Estado brasileiro a tarefa de expandir a escola pública e universalizar o acesso à educação básica. Entre as tantas mudanças constitucionais que incidiram diretamente sobre as políticas educacionais cabe destacar (i) o estabelecimento do federalismo de cooperação; (ii) a redefinição das competências e as atribuições dos diferentes entes; (iii) a elevação dos Municípios à condição de entes federados autônomos; (iv) a municipalização da educação básica; (v) o estabelecimento da educação como um direito social e um direito público subjetivo. No âmbito do projeto guarda-chuva acima referido foram priorizadas as pesquisas sobre **(i) as políticas de universalização da educação básica (ii) o federalismo de cooperação e municipalização da educação básica; (iii) as dinâmicas da municipalização e suas**

relações com o financiamento da educação básica; (iv) estudos de caso sobre as dinâmicas da municipalização em municípios específicos, etc. Os membros do GP têm participado de diferentes espaços de debates e formulação de políticas educacionais, cabendo destaque para a participação como membro titular do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina; de Conselhos Municipais de Educação; da Conferência Nacional de Educação (CONAE), das Conferências Estaduais e Municipais de Educação; da Conferência das Licenciaturas da UFFS, etc.

Palavras-chave: Estado e políticas públicas. Políticas educacionais de educação básica. Constituição Federal de 1998.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** consolidada. Brasília:DOU, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 02 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, n. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

TREVISOL, Joviles V.; SILVA, Paulo. R. da S. O federalismo e as políticas de municipalização: um estudo sobre a educação básica em Xaxim (SC). **Roteiro**, [S. l.], v. 46, p. e24172, 2021. DOI: 10.18593/r.v46i.24172. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/24172>.

TREVISOL, J. V.; MAZZIONI, Lizeu. Federalismo de cooperação, municipalização e universalização da educação básica. **Revista de Educação**, V. 43, UFSM, 2023.

TREVISOL, J. V.; MAZZIONI, Lizeu. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. **Revista Roteiro**, Edição Especial, p. 13-46, 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16482>.